<u>Direito</u>

QUESTÃO DISCURSIVA 1

As vendas de automóveis de passeio e de veículos comerciais leves alcançaram 340 706 unidades em junho de 2012, alta de 18,75%, em relação a junho de 2011, e de 24,18%, em relação a maio de 2012, segundo informou, nesta terça-feira, a Federação Nacional de Distribuição de Veículos Automotores (Fenabrave). Segundo a entidade, este é o melhor mês de junho da história do setor automobilístico.

Disponível em: <http://br.financas.yahoo.com>. Acesso em: 3 jul. 2012 (adaptado).

Na capital paulista, o trânsito lento se estendeu por 295 km às 19 h e superou a marca de 293 km, registrada no dia 10 de junho de 2009. Na cidade de São Paulo, registrou-se, na tarde desta sexta-feira, o maior congestionamento da história, segundo a Companhia de Engenharia de Tráfego (CET). Às 19 h, eram 295 km de trânsito lento nas vias monitoradas pela empresa. O índice superou o registrado no dia 10 de junho de 2009, quando a CET anotou, às 19 h, 293 km de congestionamento.

Disponível em: <http://noticias.terra.com.br>. Acesso em: 03 jul. 2012 (adaptado).

O governo brasileiro, diante da crise econômica mundial, decidiu estimular a venda de automóveis e, para tal, reduziu o imposto sobre produtos industrializados (IPI). Há, no entanto, paralelamente a essa decisão, a preocupação constante com o desenvolvimento sustentável, por meio do qual se busca a promoção de crescimento econômico capaz de incorporar as dimensões socioambientais.

Considerando que os textos acima têm caráter unicamente motivador, redija um texto dissertativo sobre sistema de transporte urbano sustentável, contemplando os seguintes aspectos:

- a) conceito de desenvolvimento sustentável; (valor: 3,0 pontos)
- b) conflito entre o estímulo à compra de veículos automotores e a promoção da sustentabilidade; (valor: 4,0 pontos)
- c) ações de fomento ao transporte urbano sustentável no Brasil. (valor: 3,0 pontos)

Padrão de Resposta

O estudante deve redigir texto dissertativo, abordando os seguintes tópicos:

A – A ideia de que desenvolvimento sustentável pode ser entendido como proposta ou processo que atende às necessidades das gerações presentes sem comprometer capacidade similar das gerações futuras.

B – A redução do IPI para a compra de automóveis incentiva a utilização de veículos movidos a combustíveis fósseis num cenário de baixa mobilidade urbana nas cidades brasileiras. Mais automóveis nas cidades gera mobilidade deficitária e mais consumo de combustíveis fósseis, pois os motores ficam mais tempo acionados. O aumento da queima de combustíveis nestes motores gera maiores quantidades de emissões de gases poluentes, como os gases de efeito estufa, o monóxido de carbono, os óxidos de enxofre e os particulados. Como consequência, o ar atmosférico das cidades se torna mais poluído.

C – São ações de fomento:

Concessão de subsídios governamentais ao transporte coletivo em detrimento do transporte particular, como exemplo a redução de IPI para a fabricação de equipamentos de transporte coletivo como ônibus, vagões de metrôs, trólebus e barcas públicas.

Concessão de subsídios governamentais para a manufatura e venda de veículos de transporte movidos a combustíveis limpos ou mais sustentáveis, como os veículos a energia solar, gás natural, energia elétrica, hidrogênio, biodiesel, dentre outros.

Incentivo ao uso de bicicletas e da caminhada, como a construção de ciclovias e de passeios seguros, amplos e agradáveis.

A Organização Mundial da Saúde (OMS) define violência como o uso de força física ou poder, por ameaça ou na prática, contra si próprio, outra pessoa ou contra um grupo ou comunidade, que resulte ou possa resultar em sofrimento, morte, dano psicológico, desenvolvimento prejudicado ou privação. Essa definição agrega a intencionalidade à prática do ato violento propriamente dito, desconsiderando o efeito produzido.

DAHLBERG, L. L.; KRUG, E. G. Violência: um problema global de saúde pública. Disponível em: http://www.scielo.br>. Acesso em: 18 jul. 2012 (adaptado).



CABRAL, I. Disponível em: <http://www.ivancabral.com>. Acesso em: 18 jul. 2012.



Disponível em: <http://www.pedagogiaaopedaletra.com.br>. Acesso em: 18 jul. 2012.

A partir da análise das charges acima e da definição de violência formulada pela OMS, redija um texto dissertativo a respeito da violência na atualidade. Em sua abordagem, deverão ser contemplados os seguintes aspectos:

a) tecnologia e violência; (valor: 3,0 pontos)

b) causas e consequências da violência na escola; (valor: 3,0 pontos)

c) proposta de solução para o problema da violência na escola. (valor: 4,0 pontos)

Padrão de Resposta

O estudante deverá redigir texto dissertativo, abordando os seguintes aspectos:

A – Comentários gerais a respeito da violência na atualidade, considerando o papel de tecnologias no estímulo ou combate à violência.

B – Aspectos relacionados à educação escolar e a violência, apontando suas causas e consequências.

C – Ações/soluções para a violência na escola. Exemplos: atualização dos profissionais da educação, conscientização da comunidade escolar sobre o assunto, desenvolvimento de políticas públicas ligadas ao combate à violência.

A Lei n.º 10.220, de 11 de abril de 2001, que dispõe sobre normas gerais relativas à atividade de peão de rodeio, equiparando-o a atleta profissional, em seu art. 2º, estabelece que: "o contrato celebrado entre a entidade promotora das provas de rodeios e o peão, obrigatoriamente por escrito, deve conter:

- I. a qualificação das partes contratantes;
- II. o prazo de vigência, que será, no mínimo, de quatro dias e, no máximo, de dois anos;
- III. o modo e a forma de remuneração, especificados o valor básico, os prêmios, as gratificações e, quando houver,
- as bonificações, bem como o valor das luvas, se previamente convencionadas; IV. cláusula penal para as hipóteses de descumprimento ou rompimento unilateral do contrato.

§ 1º É obrigatória a contratação, pelas entidades promotoras, de seguro de vida e de acidentes em favor do peão de rodeio, compreendendo indenizações por morte ou invalidez permanente, no valor mínimo de cem mil reais, devendo este valor ser atualizado a cada período de doze meses, contados da publicação desta Lei, com base na Taxa Referencial de Juros – TR."

Em seu art. 4°, a Lei n.º 10.220/2001 dispõe que:

"A celebração de contrato com maiores de dezesseis anos e menores de vinte e um anos deve ser precedida de expresso assentimento de seu responsável legal. Parágrafo único. Após dezoito anos completos de idade, na falta ou negativa do assentimento do responsável legal, o contrato poderá ser celebrado diretamente pelas partes mediante suprimento judicial do assentimento."

Lei n.º 10.220, de 11 de abril de 2001. Dispõe sobre normas gerais relativas à atividade de peão de rodeio, equiparando-o a atleta profissional. Diário Oficial da União, 12/04/2001.

Considerando os elementos essenciais da relação de emprego e os dispositivos da Lei n.º 10.220/2001 transcritos acima, redija um texto dissertativo, avaliando a possibilidade de um indivíduo brasileiro, solteiro e com 15 anos de idade ser contratado como peão por uma empresa promotora de provas de rodeio.

Em seu texto, aborde, necessariamente, os seguintes aspectos:

- a) capacidade para contratar o indivíduo mencionado; (valor: 3,0 pontos)
- b) licitude do objeto do eventual contrato; (valor: 3,0 pontos)
- c) formalidades do eventual contrato. (valor: 4,0 pontos)

Padrão de Resposta

O estudante deve elaborar texto dissertativo, observando que os elementos essenciais do contrato de trabalho são os mesmos do Direito Civil. Esses elementos devem ser adaptados à legislação trabalhista da seguinte forma:

A – Capacidade: não é possível a contratação de empregado para ser peão com 15 anos de idade, pela vedação do art. 4º, da Lei n 10.220, e nos termos dos artigos 3º, I e 5º do Código Civil, e do art. 7º, XXXIII da Constituição Federal de 1988.

B – Objeto lícito: é atividade lícita.

C – Forma prescrita ou não vedada em lei: Seria necessária anuência do responsável, necessariamente de forma expressa (escrita) e contratação de seguro de vida e de acidentes em favor do peão de rodeio, nos termos do Art. 2º e § 1º da Lei 10.220. Entretanto, como o peão não tem capacidade, não será possível firmar o contrato, mesmo com anuência do responsável, por escrito e com contratação do seguro. Alternativamente, pode ser considerada a possibilidade de contratação pelo regime de aprendizagem, a partir dos 14 anos, nos termos do art. 7º, XXXIII da Constituição Federal.

Pelos estudos que temos desenvolvido sobre a matéria, pensamos que há bilateralidade atributiva quando duas ou mais pessoas se relacionam segundo uma proporção objetiva que as autoriza a pretender ou a fazer garantidamente algo. Quando um fato social apresenta esse tipo de relacionamento, dizemos que ele é jurídico. Onde não existe proporção no pretender, no exigir ou no fazer, não há Direito, como inexiste este se não houver garantia específica para tais atos.

Bilateralidade atributiva é, pois, uma proporção intersubjetiva, em razão da qual os sujeitos de uma relação ficam autorizados a pretender, exigir ou fazer, garantidamente, algo.

Esse conceito desdobra-se nos seguintes elementos complementares:

- I. sem relação que una duas ou mais pessoas, não há Direito;
- para que haja Direito, é indispensável que a relação entre os sujeitos seja objetiva, isto é, insuscetível de ser reduzida, unilateralmente, a qualquer dos sujeitos da relação;
- III. da proporção estabelecida deve resultar a atribuição garantida de uma prestação ou ação, que pode limitar-se aos sujeitos da relação ou estender-se a terceiros.

REALE, M. Lições preliminares de Direito. 27 ed. São Paulo: Saraiva, 2002. p. 51 (adaptado).

Com base no texto e no conceito de bilateralidade atributiva, redija um texto dissertativo, atendendo, necessariamente, ao que se pede a seguir.

- a) Relacione os conceitos de direito subjetivo e dever jurídico com a bilateralidade atributiva. (valor: 4,0 pontos)
- b) Explique como a garantia indicada pelo texto é essencial para caracterizar uma relação jurídica. (valor: 4,0 pontos)
- c) Apresente um exemplo de relação jurídica válida, nos termos da bilateralidade atributiva, mencionando seus respectivos polos na relação. (valor: 2,0 pontos)

Padrão de Resposta

O estudante deve elaborar um texto dissertativo em que:

A – Relacione o conceito de bilateralidade com a noção de relação jurídica. A partir desta indicação, apontar para os conceitos de direito subjetivo e de dever jurídico como as posições, polos ou partes da relação jurídica bilateral. Pode, alternativamente, indicar que os conceitos de direito subjetivo e de dever jurídico são as implicações e consequências necessárias da bilateralidade do Direito. Ainda, é possível a abordagem que indique a existência da relação jurídica apenas quando cumpridos os dois elementos intrínsecos desta relação, titular do direito subjetivo e titular do dever jurídico. A ausência de um impede a existência de outro. Em resumo, não existe titular de direito sem o respectivo titular do dever jurídico correspondente.

B – Indique que o elemento de garantia especificado no conceito faz referência à atributividade da relação bilateral do Direito. Indicar que a atributividade é a possibilidade de consequências jurídicas ao descumprimento da relação bilateral e que, portanto, é a previsão jurídica de sancionamento (atribuição). Pode, alternativamente, apontar para a ideia de sanção jurídica como elemento da atributividade e da garantia prevista para a relação jurídica. Da mesma forma, indicar a atuação coercitiva do Direito, o monopólio para o uso legítimo da força ou a possibilidade real de intervenção do poder judiciário como elementos que podem caracterizar a compreensão do elemento garantidor do conceito.

C – Indique um exemplo qualquer de relação jurídica válida, como as partes de um contrato, a relação jurídico-penal, tributária etc. Neste exemplo, deve indicar o titular do direito subjetivo e o titular do dever jurídico.

Suponha que agentes da polícia civil, após invadirem, durante a madrugada, casa onde residem Antônio e Pedro, tenham encontrado, no quarto de Pedro, 15 quilogramas de maconha e 30 frascos de lança-perfume. Suponha, ainda, que, com base nessa descoberta, os agentes tenham efetuado a prisão de Antônio e Pedro.

Com referência à situação hipotética descrita acima, redija um texto dissertativo, respondendo, de forma fundamentada, às questões que se seguem.

- a) Que norma de direito fundamental é aplicável à situação? (valor: 3,0 pontos)
- b) A prisão de Antônio e Pedro deve ser mantida? (valor: 4,0 pontos)
- c) A conduta dos policiais é legítima? (valor: 3,0 pontos)

Padrão de Resposta

O estudante deve responder, em seu texto, as seguintes questões:

A – Norma aplicável: artigo 5º, XI da Constituição Federal de 1988.

B – Sim. Cuidando-se de crime de natureza permanente, isto é, aquele cuja existência se prolonga no tempo, em estado de flagrante permanente, a prisão de Antonio e Pedro em sua residência, durante o período noturno, é legal, sendo desnecessário prévio mandado judicial, de acordo com o entendimento jurisprudencial dominante.

C – Sim, já que agiram no cumprimento do dever legal.